



## **A ADMISSIBILIDADE DA CONSOLIDAÇÃO SUBSTANTIVA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE GRUPO ECONÔMICO**

### **Autor(es)**

Fabrício Dias Rodrigues  
Ayron Souza Lima

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### **Introdução**

Diversas sociedades empresárias brasileiras enfrentam problemas econômico-financeiros no curso de sua vida. A alta carga tributária, as dificuldades decorrentes de processos burocráticos, e a grande concorrência do mercado levam muitas empresas independentemente de seu tamanho à falência, geralmente com inúmeras dívidas, normalmente fiscais, trabalhistas e negociais. A recuperação judicial, instituto criado pela Lei n. 11.101 de 09 de fevereiro de 2005, tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do empresário e da empresa, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica (Art. 47, da supracitada lei). Esse tema aborda um dos pontos mais controversos da Lei 11.101/2005, com interpretações jurisprudenciais distintas, especialmente após as alterações promovidas pela Lei 14.112/2020, que passou

### **Objetivo**

O objetivo geral é analisar a admissibilidade e os impactos da consolidação substantiva na recuperação judicial de grupos econômicos à luz da Lei 11.101/2005, especialmente após as alterações promovidas pela Lei 14.112/2020, considerando os princípios da preservação da empresa, da função social e da segurança jurídica dos credores. Os objetivos específicos visam investigar os fundamentos legais e doutrinários da consolidação substantiva e sua evolução normativa, com ênfase no art. 69-G da Lei de Recuperação e Falência. Avaliar os efeitos da consolidação substantiva na recuperação judicial sobr

### **Material e Métodos**

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com enfoque no levantamento de informações relativas à temática, obtidas pela Lei 11.101/2005 (regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária) e Lei 14.112/2020, que atualiza a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária, Constituição Federal de 1988 e outras normas infraconstitucionais relativas ao tema. Além disso, foram realizadas pesquisas em informativos e artigos da internet, além de livros teóricos, doutrinas e entendimento de tribunais na área debatida. Fez-se uso dos materiais acima, a fim de agregar conhecimento técnico e embasamento legal à pesquisa.



## Resultados e Discussão

A pesquisa evidenciou que a consolidação substantiva, apesar de ser uma medida excepcional, tem sido cada vez mais admitida pela jurisprudência brasileira como instrumento de efetivação da preservação da empresa e da função social, especialmente em contextos de interdependência operacional e confusão patrimonial entre empresas de um mesmo grupo econômico (Coelho, 2021). Com a entrada em vigor da Lei 14.112/2020, houve positiva evolução legislativa ao introduzir critérios objetivos no artigo 69-G da LRF para a concessão da consolidação substantiva, conferindo maior segurança jurídica ao instituto (Grinover, 2020). Dentre os critérios destacam-se: a existência de garantias cruzadas, atuação conjunta das empresas e a confusão patrimonial — elementos já reconhecidos de forma casuística pela jurisprudência antes da reforma (Faria, 2025). O estudo também mostrou que, do ponto de vista dos credores, a consolidação substantiva pode gerar resistências, sobretudo pela quebra da paridade entre credores e pela dificuldade de individualizar riscos e garantias. Entretanto, o entendimento majoritário atual busca equilibrar tais riscos com os princípios da eficiência econômica e da continuidade das atividades produtivas, que norteiam a recuperação judicial (Lima, 2021). Adicionalmente, verificou-se que o posicionamento dos tribunais superiores tem sido, em geral, favorável à consolidação substantiva, desde que comprovados os requisitos legais e a inexistência de prejuízos substanciais aos credores, o que demonstra uma tendência de consolidação jurisprudencial do instituto em consonância com os objetivos da recuperação judicial.

## Conclusão

A presente pesquisa permitiu concluir que a consolidação substantiva representa uma medida excepcional, porém necessária e cada vez mais utilizada no contexto da recuperação judicial de grupos econômicos. Com a promulgação da Lei nº 14.112/2020, que alterou substancialmente a Lei nº 11.101/2005, o instituto ganhou previsão legal expressa, conferindo maior segurança jurídica à sua aplicação, ao estabelecer critérios objetivos para sua admissibilidade. Verificou-se que, embora existam riscos e resistências por parte de credores, especialmente em razão da possível diluição de garantias e da quebra da paridade entre créditos, o instituto pode ser essencial para viabilizar o soerguimento conjunto de empresas que atuam de forma integrada e interdependente. Nesse sentido, a consolidação substancial contribui para a efetividade dos princípios da preservação da empresa, da função social e da continuidade da atividade econômica, fundamentos da recuperação judicial no ordenamento jurídico brasileiro.

## Referências

BRASIL. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 fev. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm). Acesso em: 09/05/2025.

BRASIL. Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020. Altera a Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação e Falência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14112.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14112.htm). Acesso em: 09/05/2025.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

FARIA, Frederico de Assis. O Essencial da Recuperação Judicial à luz da Lei 11.101/2005, suas atualizações e temas conexos. Editora Dialética, 2025.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. A nova lei de falências e recuperação de empresas comentada. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.